

2 0 2 2

FABIANO PIMENTEL

3ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

PROCESSO PENAL

3ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

PROCESSO PENAL

2 0 2 2

FABIANO PIMENTEL

3ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

**PROCESSO
PENAL**



Conselho Editorial
Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Nathalia Torres

Diagramação
Leticia Robini

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2020, D'Plácido Editora
Copyright © 2020, Fabiano Pimentel.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Pimentel, Fabiano
P644 Processo penal / Fabiano Pimentel. - 3. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
1440 p.

ISBN 978-65-5589-480-6

1. Direito. 2. Direito Processual. I. Título.

CDDir: 341.4

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Para Maria Isabel e Maria Clara, “minhas Marias”, com todo meu amor.

“A solidão na qual os inquisidores trabalham, jamais expostos ao contraditório, fora dos grilhões da dialética, pode ser que ajude no trabalho policial, mas desenvolve quadros mentais paranóicos. Chamemos a isso de ‘primado das hipóteses sobre os fatos’: quem indaga segue uma delas, às vezes com os olhos fechados; nada a garante seja mais fundada em relação às outras alternativas possíveis, nem esse trabalho estimula uma cautela de autocrítica; assim como todas as cartas do jogo estão na sua mão e é ele que as coloca na mesa, aponta para a ‘sua’ hipótese. Sabemos com quais meios persuasivos conte (...) usando-a orienta o êxito para onde quer. Nos processos milaneses sobre a peste manufaturada, junho-julho de 1630, vemos como juízes por nada desonestos, antes inclinados a um incomum garantismo, fabriquem delito e delinquentes: o inquirido responde docilmente; o inquisidor lhe retira da cabeça os fantasmas que lhe há projetado”.

(Franco Cordero)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19	A) NO TEMPO.....	75
capítulo 1		B) NO ESPAÇO.....	76
INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	21	C) EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	78
1.1. ASPECTOS INICIAIS	21	i) Imunidades Diplomáticas.....	78
1.2. O PROCESSO PENAL	22	ii) Imunidades Parlamentares.....	81
1.3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL		1.7. OS SUJEITOS DO PROCESSO	83
COMO GARANTIAS FUNDAMENTAIS	26	A) O JUIZ CRIMINAL.....	84
A) O DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	30	i) Vitaliciedade.....	86
B) PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	31	ii) Inamovibilidade.....	86
C) CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	35	iii) Irredutibilidade de vencimentos.....	86
D) VERDADE REAL.....	35	B) O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	88
E) <i>IN DUBIO PRO REO</i>	38	C) O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	90
F) ISONOMIA.....	40	D) A ADVOCACIA CRIMINAL.....	93
G) FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES.....	44	1.8. SÚMULAS RELACIONADAS	97
H) IMPARCIALIDADE.....	48	SÚMULAS VINCULANTES.....	97
I) DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	51	SÚMULAS DO STF.....	97
J) DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	54	SÚMULAS DO STJ.....	97
K) INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS.....	58	1.9. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
i) Prova Ilícita por Derivação.....	60	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	98
i.i) Teoria da fonte independente.....	62	STF.....	98
i.ii) Teoria da descoberta inevitável.....	64	STJ.....	104
i.iii) Limitação da mancha purgada.....	66	QUESTÕES	110
L) <i>NEMO TENETUR SE DETEGERE</i>	67	capítulo 2	
1.4. SISTEMAS DO PROCESSO PENAL	71	AS VIOLAÇÕES DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA	
A) SISTEMA INQUISITIVO.....	72	AOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	123
B) SISTEMA ACUSATÓRIO.....	73	2.1. ASPECTOS INICIAIS	123
1.5. A INTERPRETAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	74	2.2. O CONCEITO DE DIREITOS	
1.6. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	75	HUMANOS E SUAS CARACTERÍSTICAS	123
		2.3. DA OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	128

Caso 1: STF. AI 601832 AgR/SP.....	129	3.2. A EXPRESSÃO “GARANTISMO”.....	192
Caso 2: STF. HC 140213 AgR/SP.....	129	3.3. O GARANTISMO COMO FORMA DE ASSEGURAR O	
Caso 3: STJ. AgRg no REsp 1737252/SP.....	130	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO SUBSTANCIAL.....	194
Caso: “Barreto Leiva Vs. Venezuela”, 2009.....	133	3.4. AS BASES DO GARANTISMO:	
2.4. DA GRAVE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO		OS AXIOMAS DE LUIGI FERRAJOLI.....	196
DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	135	A) DA JURISDICIONARIEDADE.....	197
Caso 1: STF. HC 126292/SP.....	137	B) ACUSATÓRIO.....	198
Caso 2: STF. HC 118770/SP.....	137	C) PRINCÍPIO DO ÔNUS DA PROVA.....	200
Outros casos com mesmo entendimento.....	138	D) DO CONTRADITÓRIO OU DA DEFESA,	
Caso 1: STJ. AgRg nos EREsp 1245506/SP.....	142	OU DA FALSEABILIDADE.....	201
Caso: “Caso Suárez Rosero Vs. Ecuador”, 1997.....	142	3.5. VERDADE E CERTEZA PARA LUIGI FERRAJOLI.....	201
2.5. DA VIOLAÇÃO AO DIREITO		3.6. O DECISIONISMO E O RETORNO AO SISTEMA	
DE NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO.....	145	INQUISITIVO NA PERSPECTIVA GARANTISTA.....	204
Caso 1: STF. HC 107644/SP.....	146	3.7. O GARANTISMO INTEGRAL.....	205
Caso: Jalloh x Germany, 2006.....	147	3.8. JURISPRUDÊNCIA.....	210
2.6. DA REDUÇÃO DO DIREITO AO HABEAS CORPUS.....	149	STF.....	210
Caso 1: STF. HC 112894/SP.....	150	STJ.....	214
Caso 2: STJ. HC 210.256/CE.....	151	QUESTÕES.....	216
Caso 3: STJ. AgRg no HC 607601/SP.....	152		
Caso: García Asto y Ramírez Rojas vs. Peru, 2005.....	157	<i>capítulo 4</i>	
2.7. DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE		SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	221
E DO JUIZ DAS GARANTIAS.....	158	4.1. ASPECTOS INICIAIS.....	221
Caso 1: STF. HC 92893/ES.....	162	4.2. OS SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	221
Caso 2: STJ. HC 221.231/PR.....	162	4.3. O INQUÉRITO POLICIAL.....	224
Caso: Piersack vs. Bélgica, 1982.....	164	4.3.1. CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E FINALIDADE.....	224
2.8. DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À AUDIÊNCIA		4.3.2. VALOR PROBATÓRIO.....	226
DE CUSTÓDIA – DIREITO DE SER OUVIDO –		4.3.3. CARACTERÍSTICAS.....	227
GRAVE OFENSA AOS DIREITOS HUMANOS.....	165	4.3.4. INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	229
Caso 1: STF. HC 160865/RS.....	167	4.3.5. <i>NOTITIA CRIMINIS</i>	230
Caso 2: STJ. HC 614.023/MG.....	167	4.3.6. DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS.....	231
Caso: Cabrera García vs. México, 2010.....	168	4.3.7. A COMPETÊNCIA DO JUIZ DE	
2.9. CONCLUSÃO.....	170	GARANTIAS NO INQUÉRITO POLICIAL.....	243
2.10. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	171	4.3.8. INCOMUNICABILIDADE DO INDICIADO PRESO.....	245
STF.....	171	4.3.9. O INDICIAMENTO.....	246
STJ.....	177	4.3.10. PRAZOS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	247
QUESTÕES.....	183	4.3.11. RELATÓRIO.....	249
		4.3.12. TERMO CIRCUNSTANCIADO.....	251
<i>capítulo 3</i>		4.3.13. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	253
O PROCESSO PENAL GARANTISTA.....	191	4.4. SÚMULAS RELACIONADAS.....	257
3.1. ASPECTOS INICIAIS.....	191	SÚMULAS VINCULANTES.....	257

SÚMULAS DO STF.....	258	6.4. A PLEA BARGAINING.....	344
SÚMULAS DO STJ.....	258	6.5. O PROCESSO PENAL NEGOCIAL BRASILEIRO.....	348
4.5. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		A) O NEGÓCIO JURÍDICO DO JECRIM.....	349
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	258	B) SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	352
STF.....	258	C) A DELAÇÃO PREMIADA.....	354
STJ.....	263	D) O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	359
QUESTÕES.....	268	6.6. A CONFISSÃO NO PROCESSO PENAL NEGOCIAL.....	364
<i>capítulo 5</i>		6.7. O SISTEMA INQUISITORIAL BRASILEIRO	
A AÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	281	E A DESIGUALDADE ENTRE AS PARTES.....	367
5.1. ASPECTOS INICIAIS.....	281	6.8. SOBRE A RESERVA DA JURISDIÇÃO.....	370
5.2. CONCEITO.....	281	6.9. OUTROS PRINCÍPIOS VIOLADOS NA	
5.3. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE AÇÃO.....	282	PLEA BARGAINING À BRASILEIRA.....	372
5.4. CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL.....	282	6.10. A PLEA BARGAINING DESLEAL.....	374
A) PRÁTICA DE FATO APARENTEMENTE CRIMINOSO.....	283	6.11. SÚMULAS RELACIONADAS.....	379
B) LEGITIMIDADE DE PARTE.....	283	SÚMULAS VINCULANTES.....	379
C) PUNIBILIDADE CONCRETA.....	284	SÚMULAS DO STF.....	379
D) JUSTA CAUSA.....	284	SÚMULAS DO STJ.....	379
5.5. CLASSIFICAÇÃO.....	287	6.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
A) AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PÚBLICA.....	288	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	379
B) AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA.....	292	STF.....	379
5.6. A INICIAL ACUSATÓRIA.....	297	STJ.....	385
5.7. A AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	306	QUESTÕES.....	391
A) SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	307	<i>capítulo 7</i>	
B) SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.....	310	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	399
5.8. SÚMULAS RELACIONADAS.....	312	7.1. ASPECTOS INICIAIS.....	399
SÚMULAS STF.....	312	7.2. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO.....	400
SÚMULAS STJ.....	313	A) JUIZ NATURAL.....	400
5.9. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		B) INÉRCIA.....	401
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	313	C) INDELEGABILIDADE.....	401
STF.....	313	D) INVESTIDURA.....	401
STJ.....	320	E) INDECLINABILIDADE.....	401
QUESTÕES.....	327	F) CORRELAÇÃO.....	402
<i>capítulo 6</i>		G) UNIDADE.....	403
O PROCESSO PENAL NEGOCIAL.....	339	7.3. PODERES DA JURISDIÇÃO.....	403
6.1. ASPECTOS INICIAIS.....	339	7.4. COMPETÊNCIA.....	403
6.2. AS TRADIÇÕES JURÍDICAS DO		7.4.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	407
COMMON LAW E DO CIVIL LAW.....	340	A) JUSTIÇA MILITAR.....	407
6.3. OS SISTEMAS INQUISITORIAL E ADVERSARIAL.....	342	B) JUSTIÇA ELEITORAL.....	410

C) JUSTIÇA DO TRABALHO.....	412	B) INSANIDADE.....	486
D) JUSTIÇA FEDERAL.....	412	8.5. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	489
E) JUSTIÇA ESTADUAL.....	423	8.6. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	492
7.4.2. COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	423	8.7. SÚMULAS RELACIONADAS.....	494
STF.....	428	SÚMULA DO STF.....	494
STJ.....	428	SÚMULA DO STJ.....	494
TSE.....	429	8.8. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
STM.....	429	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	494
TRF.....	429	STF.....	494
TRE.....	429	STJ.....	498
TJ.....	429	QUESTÕES.....	503
7.4.3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	429		
7.4.4. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	434	<i>capítulo 9</i>	
A) CONEXÃO.....	435	TEORIA DA PROVA PENAL.....	515
B) CONTINÊNCIA.....	437	9.1. ASPECTOS INICIAIS.....	515
C) REUNIÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS.....	438	9.2. CERTEZA E VERDADE NA PROVA PENAL.....	516
D) <i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>	439	9.3. SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVAS.....	520
7.5. SÚMULAS RELACIONADAS.....	440	A) SISTEMA DA PROVA TARIFADA.....	520
SÚMULAS VINCULANTES.....	440	B) SISTEMA DA ÍNTIMA CONVICÇÃO.....	521
SÚMULAS STF.....	440	C) SISTEMA DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.....	521
SÚMULAS STJ.....	441	9.4. PROVAS CAUTELARES, NÃO	
7.6. JURISPRUDÊNCIA RECENTE		REPETÍVEIS E ANTECIPADAS.....	523
DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	442	9.5. OS INDÍCIOS.....	524
STF.....	442	9.6. OBJETO DA PROVA.....	526
STJ.....	451	9.7. PROVA EMPRESTADA.....	528
QUESTÕES.....	462	9.8. STANDARDS PROBATÓRIOS.....	529
		9.9. O ÔNUS DA PROVA.....	533
<i>capítulo 8</i>		9.10. O ATIVISMO JUDICIAL PENAL.....	535
INCIDENTES PROCESSUAIS.....	475	9.11. A FIGURA DO JUIZ DAS GARANTIAS.....	538
8.1. ASPECTOS INICIAIS.....	475	9.12. DAS PROVAS ILÍCITAS.....	543
8.2. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	475	A) PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO.....	544
8.3. EXCEÇÕES.....	477	A.1) Teoria da fonte independente.....	548
A) SUSPEIÇÃO.....	478	A.2) Teoria da descoberta inevitável.....	551
B) INCOMPETÊNCIA DE JUIZO.....	480	A.3) Limitação da mancha purgada.....	553
C) LITISPENDÊNCIA.....	482	A.4) A exceção da boa-fé.....	553
D) ILEGITIMIDADE DE PARTE.....	483	B) SERENDIPIIDADE.....	555
E) COISA JULGADA.....	483	9.13. DAS PROVAS EM ESPÉCIE.....	556
8.4. INCIDENTES.....	485	A) EXAME DE CORPO DE DELITO E CADEIA DE CUSTÓDIA.....	556
A) FALSIDADE.....	485	A.1) Exame de corpo de delito.....	556

A.2) Cadeia de custódia.....	562	10.10. TUTELA ANTECIPADA E MEDIDA CAUTELAR: CONCEITO E DISTINÇÕES.....	661
B) INTERROGATÓRIO.....	567	10.11. MEDIDA LIMINAR E MEDIDA CAUTELAR.....	663
B.1) Conceito.....	567	10.12. DA FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E MEDIDA CAUTELAR.....	665
B.2) Características.....	570	10.13. CARACTERÍSTICAS DAS MEDIDAS CAUTELARES.....	667
B.3) Condução coercitiva para interrogatório.....	571	10.14. O PODER GERAL DE CAUTELA.....	668
B.4) Interrogatório por videoconferência.....	575	10.15. CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES.....	669
C) CONFISSÃO.....	576	10.16. CAUTELARES EM ESPÉCIE.....	669
D) DECLARAÇÕES DO OFENDIDO.....	579	10.16.1. MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA REAL.....	669
E) PROVA TESTEMUNHAL.....	581	A) SEQUESTRO.....	670
F) RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS.....	584	B) ESPECIALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL.....	672
G) ACAREAÇÃO.....	586	C) ARRESTO SUBSIDIÁRIO DE BENS MÓVEIS.....	673
H) BUSCA E APREENSÃO.....	587	10.16.2. MEDIDAS CAUTELARES RELATIVAS À PROVA.....	673
I) INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	590	10.16.3. MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL.....	673
J) DELAÇÃO PREMIADA.....	595	10.17. SÚMULAS RELACIONADAS.....	673
K) AÇÃO CONTROLADA DE POLICIAIS.....	599	SÚMULAS VINCULANTES.....	673
L) AGENTE INFILTRADO.....	601	SÚMULA DO STJ.....	674
9.14. SÚMULAS RELACIONADAS.....	602	10.18. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	674
SÚMULAS VINCULANTES.....	602	STF.....	674
SÚMULAS DO STF.....	603	STJ.....	679
SÚMULAS DO STJ.....	603	QUESTÕES.....	688
9.15. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	603		
STF.....	603	<i>capítulo 11</i>	
STJ.....	609	MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS: prisão e liberdade.....	701
QUESTÕES.....	628	11.1. ASPECTOS INICIAIS.....	701
		11.2. O ASSENTO CONSTITUCIONAL DO TEMA.....	701
<i>capítulo 10</i>		11.3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	702
MEDIDAS CAUTELARES PENAIS.....	643	11.4. PRISÃO ESPECIAL.....	703
10.1. ASPECTOS INICIAIS.....	643	11.5. PRISÃO EM FLAGRANTE.....	705
10.2. TEMPO E PROCESSO PENAL.....	644	11.6. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	713
10.3. O DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO PENAL SEM DILAÇÕES INDEVIDAS.....	648	11.7. PRISÃO PREVENTIVA.....	720
10.4. EFETIVIDADE E MEDIDA CAUTELAR.....	651	A) O <i>FUMUS COMISSI DELICTI</i>	727
10.5. TUTELAS PROVISÓRIAS.....	653	A.1) Prova da existência do crime.....	727
10.6. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA PROVISÓRIA.....	655	A.2) Índícios suficientes de autoria.....	728
10.7. TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA.....	655	B) O <i>PERICULUM LIBERTATIS</i>	728
10.8. TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	656	B.1) Garantia da ordem pública.....	729
10.9. TUTELA ANTECIPADA E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO PENAL EM FAVOR DA LIBERDADE.....	658		

B.2) Garantia da ordem econômica.....	730
B.3) Conveniência da instrução criminal.....	732
B.4) Assegurar a aplicação da lei penal.....	733
11.8. A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A PRISÃO EM 2ª INSTÂNCIA.....	740
11.9. A PRISÃO DOMICILIAR.....	744
11.10. EM RESUMO: AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA NOVA LEI DE PRISÕES (LEI 12.403/11).....	746
11.11. A LIBERDADE.....	752
A) RELAXAMENTO DA PRISÃO.....	752
B) REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA.....	753
C) REVOGAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA.....	753
D) LIBERDADE PROVISÓRIA.....	753
D.1) Plena.....	754
D.2) Com aplicação de outras medidas cautelares.....	754
11.12. SÚMULAS RELACIONADAS:.....	762
SÚMULAS VINCULANTES.....	762
SÚMULAS DO STF.....	762
SÚMULAS DO STJ.....	762
11.13. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	762
STF.....	762
STJ.....	772
QUESTÕES.....	779
 <i>capítulo 12</i>	
PROCEDIMENTOS CRIMINAIS.....	793
12.1. ASPECTOS INICIAIS.....	793
12.2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	793
12.3. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	801
12.4. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	803
A) PRINCÍPIOS DO JECRIM.....	804
B) O RITO DO JECRIM.....	806
B.1) O termo circunstanciado.....	806
B.2) A audiência preliminar.....	807
B.3) O oferecimento da peça acusatória.....	810
B.4) Suspensão condicional do processo.....	811
B.5) A defesa preliminar.....	812
B.6) Instrução e sentença.....	813

B.7) Recursos e ações autônomas no JECRIM.....	813
12.5. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	814
A) PROCEDIMENTO DA LEI DE TÓXICOS.....	814
B) PROCEDIMENTOS DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.....	818
C) PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA.....	821
D) PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	824
E) PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES.....	826
12.6. SÚMULAS E ENUNCIADOS.....	827
SÚMULAS VINCULANTES.....	827
SÚMULAS DO STF.....	827
SÚMULAS DO STJ.....	827
ENUNCIADOS CRIMINAIS DO FONAJE.....	828
12.7. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	833
STF.....	833
STJ.....	837
QUESTÕES.....	847
 <i>capítulo 13</i>	
O TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI.....	861
13.1. ASPECTOS INICIAIS.....	861
13.2. A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	863
13.3. PRINCÍPIOS DO JÚRI.....	864
A) PLENITUDE DE DEFESA.....	865
B) SIGILO DAS VOTAÇÕES.....	866
C) SOBERANIA DOS VEREDICTOS.....	867
D) COMPETÊNCIA PARA OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.....	868
13.4. CARACTERÍSTICAS DO JÚRI.....	868
13.5. O PROCEDIMENTO BIFÁSICO DO JÚRI.....	869
13.6. O IUDICIUM ACCUSATIONIS.....	869
A) PRONÚNCIA.....	873
B) IMPRONÚNCIA.....	878
C) ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA.....	880
D) DESCLASSIFICAÇÃO.....	882
13.7. DESAFORAMENTO.....	883
13.8. IUDICIUM CAUSAE.....	887

A) PREPARAÇÃO PARA O JÚRI.....	887	C) SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.....	947
B) A ORGANIZAÇÃO DO JÚRI.....	888	D) SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	949
C) OS JURADOS.....	888	D.1.) Dosimetria da pena.....	949
D) A SESSÃO DE JULGAMENTO.....	891	D.2.) Efeitos da sentença penal condenatória.....	955
i) Deliberações iniciais.....	891	14.4. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO.....	962
ii) Verificação da presença dos jurados.....	891	14.5. EMENDATIO LIBELLI.....	963
iii) Suspeição, impedimento e incompatibilidade dos jurados.....	891	14.6. MUTATIO LIBELLI.....	965
iv) O sorteio dos jurados.....	893	14.7. O FIM DA EMENDATIO LIBELLI.....	966
v) Compromisso e entrega da pronúncia e relatório do processo.....	895	14.8. O CASO JULGADO PENAL.....	968
vi) Instrução em plenário.....	896	14.9. CASO JULGADO PENAL FORMAL E MATERIAL.....	974
vii) Os debates.....	897	14.10. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO CASO JULGADO PENAL.....	976
viii) Esclarecimentos dos jurados.....	903	14.11. SÚMULAS RELACIONADAS.....	979
ix) Quesitação e votação.....	903	SÚMULAS DO STF.....	979
x) Sentença.....	906	SÚMULAS DO STJ.....	980
13.9. SÚMULAS RELACIONADAS.....	907	14.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	980
SÚMULAS DO STF.....	907	STF.....	980
SÚMULAS DO STJ.....	907	STJ.....	990
13.10. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	907	QUESTÕES.....	994
STF.....	907		
STJ.....	914	<i>capítulo 15</i>	
QUESTÕES.....	923	A TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	1007
<i>capítulo 14</i>		15.1. INTRODUÇÃO.....	1007
SENTENÇA E CASO JULGADO PENAL.....	937	15.2. A TRADIÇÃO JURÍDICA DO COMMON LAW.....	1007
14.1. ASPECTOS INICIAIS.....	937	15.3. NOÇÃO DE PRECEDENTE JUDICIAL.....	1013
14.2. ATOS DO JULGADOR.....	939	15.4. O PRECEDENTE JUDICIAL NA DIMENSÃO DA IGUALDADE.....	1018
14.3. A SENTENÇA PENAL.....	941	15.5. O PRECEDENTE JUDICIAL NA DIMENSÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	1022
A) CONCEITO.....	941	15.6. A IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO SISTEMA DE PRECEDENTES.....	1026
B) ESTRUTURA.....	942	15.7. O STARE DECISIS.....	1029
B.1) a identificação das partes.....	942	15.8. O CONCEITO DE RATIO DECIDENDI.....	1034
B.2) a exposição sucinta dos argumentos da acusação e da defesa.....	942	15.9. O CONCEITO DE OBITER DICTUM.....	1037
B.3) a fundamentação, ou seja, as razões de decidir.....	943	15.10. TÉCNICAS UTILIZADAS NA APLICAÇÃO E SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES.....	1041
B.4) a indicação dos artigos previstos na legislação penal.....	947	15.11. APLICAÇÃO E SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE.....	1043
B.5) o dispositivo.....	947	15.12. DISTINGUISHING.....	1048
B.6) assinatura.....	947		

15.13. SIGNALING	1054	B) CABIMENTO.....	1115
15.14. TRANSFORMATION	1057	B.1) Decisão que não receber a denúncia ou a queixa;.....	1115
15.15. OVERRULING	1059	B.2) Decisão que concluir pela incompetência do juízo;.....	1117
15.16. UM TRISTE CASO DE OVERRULING NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A LIMITAÇÃO DO USO DO HABEAS CORPUS PELO STF	1065	B.3) Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição;.....	1118
15.17. OVERRIDING	1068	B.4) Decisão que pronunciar o réu;.....	1118
15.18. EFEITO TEMPORAL DA REVOGAÇÃO DOS PRECEDENTES	1072	B.5) Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1118
15.19. CONSIDERAÇÕES FINAIS	1077	B.5.1) conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança;.....	1119
15.20. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1077	B.5.2) decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;.....	1119
STF.....	1077	B.6) Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor;.....	1120
STJ.....	1081	B.7) Decisão que deferir ou indeferir pedido de extinção de punibilidade;.....	1120
QUESTÕES	1087	B.8) Decisão que conceder ou negar ordem de <i>habeas corpus</i> ;.....	1120
capítulo 16			
RECURSOS	1093	B.9) Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena;.....	1121
16.1. ASPECTOS INICIAIS	1093	B.10) Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional;.....	1121
16.2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	1093	B.11) Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;.....	1121
16.3. PRINCÍPIOS	1097	B.12) Decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral;.....	1121
A) DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	1097	B.13) Decisão que denegar a apelação ou julgar deserta;.....	1122
B) UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES.....	1101	B.14) Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial;.....	1122
C) FUNGIBILIDADE.....	1102	B.15) Decisão que decidir sobre a unificação de penas;.....	1123
D) <i>NON REFORMATIO IN PEJUS</i>	1103	B.16) Decisão que julgar o incidente de falsidade;.....	1123
16.4. PRESSUPOSTOS RECURSAIS	1106	B.17) Decisões da execução penal;.....	1123
A) PRESSUPOSTOS OBJETIVOS.....	1107	B.18) Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples;.....	1123
A.1) Cabimento.....	1107		
A.2) Adequação.....	1107		
A.3) Tempestividade.....	1107		
A.4) Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos.....	1107		
A.5) Regularidade formal.....	1110		
B) PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS.....	1110		
B.1) Legitimidade recursal.....	1110		
B.2) Interesse recursal.....	1112		
16.5. EFEITOS	1112		
16.6. RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE	1113		
16.6.1. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	1113		
A) INTRODUÇÃO.....	1113		

B.19) Decisão que recusar homologação de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP;.....	1123
C) ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E EFEITOS.....	1124
16.6.2. APELAÇÃO.....	1125
A) CONCEITO.....	1125
B) HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	1126
B.1) Da sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular;.....	1126
B.2) Das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito;.....	1126
B.3) Das decisões do Tribunal do Júri, quando:.....	1128
B.3.1) Ocorrer nulidade posterior à pronúncia;.....	1128
B.3.2) For a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;.....	1128
B.3.3) Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;.....	1128
B.3.4) Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos;.....	1128
C) ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	1131
D) DOS EFEITOS.....	1132
16.6.3. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	1134
16.6.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1137
16.6.5. AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	1140
16.6.6. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	1142
16.6.7. CORREIÇÃO PARCIAL.....	1146
16.6.8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1149
16.6.9. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1158
16.6.10. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL.....	1160
16.7. SÚMULAS RELACIONADAS.....	1163
SÚMULAS DO STF.....	1163
SÚMULAS DO STJ.....	1165
16.8. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1166
STF.....	1166
STJ.....	1170
QUESTÕES.....	1176

capítulo 17

NULIDADES.....	1191
17.1. ASPECTOS INICIAIS.....	1191
17.2. DA NECESSÁRIA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA.....	1192
17.3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NORMA JURÍDICA.....	1195
17.4. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL IRRADIANTE.....	1196
17.5. A NULIDADE COMO CONSEQUÊNCIA DA VIOLAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO PENAL.....	1200
17.6. A TEORIA BIPARTIDA DA TIPICIDADE PROCESSUAL PENAL CONGLOBANTE.....	1202
17.7. A CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DAS NULIDADES – UMA VISÃO CRÍTICA.....	1203
17.8. REPENSANDO OS PRINCÍPIOS DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL.....	1207
A) <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i>	1207
B) CONVALIDAÇÃO.....	1209
C) INTERESSE.....	1210
D) INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	1211
17.9. A BANALIZAÇÃO DO CONCEITO DE NULIDADE RELATIVA NA JURISPRUDÊNCIA E AS VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	1214
17.10. DAS NULIDADES EM ESPÉCIE.....	1218
17.11. SÚMULAS RELACIONADAS.....	1242
SÚMULAS DO STF.....	1242
17.12. JURISPRUDÊNCIA RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1243
STF.....	1243
STJ.....	1248
QUESTÕES.....	1257

capítulo 18

DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	1271
18.1. ASPECTOS INICIAIS.....	1271
18.2. DO HABEAS CORPUS.....	1271
18.2.1. HISTÓRICO.....	1271
18.2.2. CONCEITO E NATUREZA.....	1276
18.2.3. CLASSIFICAÇÃO E LEGITIMIDADE.....	1277

18.2.4. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	1279	18.4.15. O ÔNUS DA PROVA.....	1321
18.2.5. COMPETÊNCIA.....	1281	18.4.16. INDENIZAÇÃO POR ERRO JUDICIÁRIO.....	1326
18.2.6. PROCEDIMENTO.....	1282	18.4.17. TUTELA ANTECIPADA EM	
18.2.7. DOS RECURSOS EM HABEAS CORPUS.....	1284	SEDE DE REVISÃO CRIMINAL.....	1327
18.3. MANDADO DE SEGURANÇA		A) TUTELA DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA.....	1331
EM MATÉRIA CRIMINAL.....	1287	A.1) A tutela de urgência.....	1332
18.3.1. CONCEITO.....	1287	A.2) A tutela de evidência.....	1334
18.3.2. LEGITIMIDADE, PROCEDIMENTO E COMPETÊNCIA.....	1291	B) TUTELA ANTECIPADA EM REVISÃO CRIMINAL.....	1335
18.4. REVISÃO CRIMINAL.....	1292	C) ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E OS	
18.4.1. HISTÓRICO DA REVISÃO CRIMINAL.....	1292	DEMAIS EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	1338
18.4.2. CONCEITO.....	1294	D) ANÁLISE JURISPRUDENCIAL.....	1342
18.4.3. NATUREZA JURÍDICA.....	1296	18.5. SÚMULAS RELACIONADAS.....	1346
18.4.4. HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	1297	SÚMULAS DO STF.....	1346
18.4.5. UMA NOVA LEITURA DO ART. 621, I, DO CPP.....	1299	SÚMULAS DO STJ.....	1346
18.4.6. O OVERRULING COMO FUNDAMENTO		18.6. JURISPRUDÊNCIA RECENTE	
PARA A REVISÃO CRIMINAL.....	1304	DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1346
18.4.7. ALGUNS CASOS DE OVERRULING NO BRASIL.....	1305	STF.....	1346
18.4.8. REVISÃO CRIMINAL EM SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.....	1311	STJ.....	1351
18.4.9. REVISÃO CRIMINAL PRO SOCIETATE.....	1312	QUESTÕES.....	1359
18.4.10. REFORMATIO IN PEJUS DIRETA E INDIRETA.....	1313	<i>capítulo 19</i>	
18.4.11. REVISÃO CRIMINAL NAS DECISÕES DO JÚRI.....	1316	CONCLUSÃO.....	1373
18.4.12. REVISÃO CRIMINAL NA LEI Nº 9.099/95.....	1317	<hr/>	
18.4.13. COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO.....	1319	REFERÊNCIAS.....	1397
18.4.14. OPORTUNIDADE E LEGITIMIDADE.....	1320	<hr/>	

INTRODUÇÃO

O Processo Penal brasileiro, nos dias atuais, vive um momento de grande instabilidade, ou até mesmo, vale dizer, de grande “retrocesso”. Não é incomum encontrarmos discursos, na grande massa popular, em defesa de um Processo Penal extremamente punitivista, onde se busca a condenação do réu a qualquer custo, até mesmo com violação de princípios que foram garantidos pela Constituição Federal. Hoje, o que importa é punir e punir de qualquer forma, a qualquer custo, desrespeitando regra ou princípio de direito, pois, para grande parte da população “os fins justificam os meios”.

Recentemente, durante audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para discutir o Projeto de Lei (PL) 402/2015 afirmou-se que: “para avançar no combate à corrupção, é necessário reduzir as garantias individuais”. Ouviu-se ainda a expressão: “Devido à ditadura militar, a Constituição de 1988 deu grande amplitude às garantias individuais, o que hoje não é mais necessário, devido ao longo período de governos democráticos”.

Vivemos um período crítico do Processo Penal. O combate à corrupção e à impunidade, agora, servem para justificar qualquer tipo de violação às garantias que foram conquistadas, até mesmo com derramamento de sangue de muitos inocentes, como em período ditatorial, no qual o Brasil esteve mergulhado de 1964 até 1985.

Sabe-se que o governo democrático se caracteriza pelo sistema de limites ao poder, e esta limitação é dada pelos direitos fundamentais, como bem asseverou Rubens Casara, em debate no Senado sobre o mesmo Projeto de Lei descrito acima: “O Estado democrático de direito se caracteriza por limites no exercício do poder. Cada vez que uma garantia constitucional é relativizada, o Estado caminha para o autoritarismo, para o Estado policial, para o Estado total. No Fascismo clássico italiano, no Nazismo alemão, no Stalinismo soviético, em todos esses períodos, a presunção de inocência foi relativizada”.

O Brasil, entretanto, vem demonstrando que retornará a este Processo Penal fascista descrito por Rubens Casara. Digo isto, principalmente, porque este discurso de supressão de garantias vem sendo proferido pelas próprias autoridades que deveriam guardá-las; às vezes, dito por aqueles que devem julgar os processos criminais, inclusive em última instância... aí o cenário torna-se ainda mais preocupante...

O pior de tudo isso é que a grande massa da população aplaude estas atitudes, ovacionando as medidas antigarantistas, como se fossem grandes feitos, como se o Direito pudesse ser desrespeitado em determinadas hipóteses previamente selecionadas, ou para

certos “inimigos do Estado”, esquecendo-se que, um dia, estas baterias acusatórias podem ser voltadas para qualquer um de nós... e aí não haverá mais tempo para contê-las.

Este cenário vivido pelo Processo Penal brasileiro nos fez repensar os seus temas, reafirmando sempre o viés constitucional. A presente obra surge com o intuito de resgatar as garantias constitucionais diante dos mais variados conceitos do Processo Penal, esperando alcançar sempre o máximo constitucional nestes institutos.

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL

1.1. ASPECTOS INICIAIS

Francesco Carnelutti¹ afirmou que o direito penal é o direito da dor, da dupla dor, a dor de antes e a de depois, do pecado e do castigo. Com estas palavras o autor demonstra que o Direito Penal provoca uma dupla dor, ou seja, a dor do delito, que é uma dor antecedente e uma dor consequente, inserida na resposta penal, que é a sanção. Neste trecho fica evidente a dualidade existente entre o crime e a pena. O primeiro, como uma forma de violação dos preceitos legais e o segundo como a resposta pelo “mal causado pelo primeiro”, tão bem registrada na obra *Crime e Castigo* de Fiódor Dostoiévski.

Das duas dores tratadas por Carnelutti, destacaremos a dor da pena, pois, conforme a lição de Aury Lopes Jr.², o delito constitui, em regra, numa violência ocasional e impulsiva, enquanto a pena não, é um ato violento, premeditado e meticulosamente preparado; é a violência de muitos contra um.

As dores da pena sempre se fizerem presentes, como bem ressalta David Alves Moreira³:

O ser humano vive, em toda sua plenitude, as facetas da razão e da loucura, não necessariamente por imposição, mas pela ingerência das circunstâncias que o envolvem. É à sociedade em que se inserem, aderem os indivíduos que padronizam determinados comportamentos. Esses por sua vez, se alteram no tempo e no espaço segundo convicções que se formam. Nesse contexto é que as penas, com um formato ou outro sempre existiram, sempre se fizeram presentes, amoldando-se às necessidades do ser humano como resposta aos valores adotados pela contingência situacional.

A dor da pena é sensível, não apenas por ser a violência de muitos contra um, como bem descreveu Aury Lopes Jr, mas, principalmente, porque há nela, ainda, a dor do remorso, pois a prisão não foi capaz de reintegrar o condenado ao meio social, e não alcançou a nenhum outro fim senão a punição pela punição.

Ao iniciar esta introdução, poderia o leitor perguntar qual o sentido de tratar da pena, matéria de Direito Penal, num tema estritamente processual. É que o processo

¹ CARNELUTTI, Francesco. *Lecciones sobre el proceso penal*. Buenos Aires: Besch y Cic, 1950, vol II, p. 37.

² LOPES JR., Aury. *Direito Processual Penal*. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

³ MOREIRA, David Alves. *Sistema de Progressão das Penas*. 1998 Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 1998, p. 12.

INTRODUÇÃO · INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL · AS VIOLAÇÕES DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA AOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS · O PROCESSO PENAL GARANTISTA · SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR · A AÇÃO NO PROCESSO PENAL · O PROCESSO PENAL NEGOCIAL · JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA · INCIDENTES PROCESSUAIS · TEORIA DA PROVA PENAL · MEDIDAS CAUTELARES PENAIS · MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS: PRISÃO E LIBERDADE · PROCEDIMENTOS CRIMINAIS · O TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI · SENTENÇA E CASO JULGADO PENAL · A TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO PENAL · RECURSOS · NULIDADES · DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL · CONCLUSÃO.

CONTEÚDO

